

41º Encontro Anual da Anpocs

SPG 21 – Movimentos sociais e suas interações com o Estado:
conflitos, instituições e efeitos

**Sociedade civil e esfera pública em três movimentos de ocupação de escolas:
São Paulo, Goiás e Paraná (2015-16)***

*Jonas Medeiros*¹

*Rúrion Melo*²

*Adriano Januário*³

* Este trabalho está inserido em uma investigação financiada pelo Projeto Temático Fapesp nº 2014/11611-3: “Esfera Pública e Reconstrução: sobre a constituição do paradigma reconstrutivo no interior da Teoria Crítica”, no âmbito do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDD/CEBRAP) e do seu Subprojeto “Esfera pública e cultura política”. Uma primeira versão foi apresentada no *I Encontro Internacional da Rede Escola Pública e Universidade*, na UFABC, campus Santo André, em maio de 2017. Agradecemos a Antonia Malta Campos por auxiliar na coleta de dados sobre a imprensa.

¹ Doutorando em Educação na FE/UNICAMP e pesquisador associado do NDD/CEBRAP.

² Prof. Dr. de Ciência Política na FFLCH/USP e pesquisador permanente do NDD/CEBRAP.

³ Doutor em Filosofia no IFCH/UNICAMP, pesquisador associado e pós-doutorando no NDD/CEBRAP.

Resumo

O objetivo deste trabalho é comparar os movimentos de ocupação de escolas ocorridos em São Paulo, Goiás e Paraná, a partir dos conceitos de sociedade civil, hegemonia e esferas públicas. A metodologia será confrontar pesquisas empíricas já realizadas e analisar a cobertura da imprensa e pesquisas de opinião. Em vez de um padrão colaborativo de interação entre Estado e sociedade civil organizada, foram encontradas formas de ação coletiva mais confrontacionais: ação direta, desobediência civil e ocupação de escolas contra projetos educacionais de caráter “liberalizante” e autoritário. O sucesso destas ações depende significativamente da construção de uma densa rede de apoio. As hipóteses formuladas são: (1) em São Paulo foi construída, em meio a uma sociedade civil complexa e diversificada, uma bem-sucedida aliança contra-hegemônica entre uma parcela das classes populares e uma fração das camadas médias; (2) no Paraná, ocorreu um processo político de bipolarização que reforçou uma hegemonia liberal e um consenso desfavorável às ocupações, junto com o uso de violência “paraestatal”; (3) em Goiás, houve uma complementaridade entre violência estatal (coerção) e hegemonia (consenso).

Introdução

A ocupação de escolas públicas se tornou uma forma de ação coletiva concebível e rotineira no Brasil a partir do final de 2015. Desde que estudantes secundaristas paulistas inauguraram o primeiro movimento massivo de escolas ocupadas, diversos estados vivenciaram a eclosão de mobilizações, com diferentes pautas específicas, mas que convergem na defesa da escola pública. Muitas reflexões acerca das ocupações se detêm no potencial criativo (e até mesmo pré-figurativo) destas ações coletivas, no sentido de apontar inclusive para a construção de novos modelos educacionais e pedagógicos. Nossa contribuição será no sentido de inserir o desenvolvimento destes movimentos centrados na ação direta e na desobediência civil⁴ em um *contexto social* – sem abstraí-lo, como fazem aquelas reflexões, de caráter mais filosófico e teórico-político do que propriamente sociológico –, uma vez que eles não ocorrem em um vácuo; ou seja: apontar a dependência

⁴ A desobediência civil pode ser mobilizada em contextos de fechamento institucional, a fim de forçar a reabertura institucional. Além disso, as formas de contestação política também podem almejar a democratização e a pluralização da própria esfera pública (cf. CELIKATES, 2016).

significativa que estes movimentos de ocupações têm para alcançar suas reivindicações da construção de uma densa rede de apoio no interior da sociedade civil.⁵

Escolhemos três movimentos a fim de comparar seus desdobramentos e avançar na compreensão destas dinâmicas entre a desobediência civil e a disputa hegemônica na sociedade civil: (1) o movimento de mais de 200 escolas ocupadas no estado de São Paulo entre novembro e dezembro de 2015 contra o projeto da “reorganização” escolar proposto pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e que previa o fechamento de 94 unidades escolares; (2) a mobilização de pouco mais de 30 escolas ocupadas em Goiás entre dezembro de 2015 e março de 2016 contra o projeto de terceirização da gestão escolar (inicialmente de 300 unidades, depois diminuindo para 23 escolas na cidade de Anápolis) via Organizações Sociais (OS’s) proposto pelo governo Marconi Perillo (PSDB-GO); e (3) o maior movimento estadual de ocupação de escolas já ocorrido até o momento no país, cerca de 850 escolas ocupadas no Paraná contra a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional nº 95, que impôs um teto para os gastos públicos, ambos os projetos propostos pelo presidente Michel Temer (PMDB).

Em comum a todos os projetos governamentais propostos nos âmbitos estaduais (caso dos movimentos paulista e goiano) e federal (caso do movimento paranaense) a respeito de reformas educacionais, é possível encontrar pelo menos duas características centrais: um caráter “*liberalizante*”, ou seja, uma centralidade do ajuste fiscal e do corte de gastos, privatização por meio de terceirização e currículo orientado para o mercado de trabalho; e um caráter *autoritário*, ou seja, em nenhum dos projetos houve o amplo debate público e político e a participação democrática das comunidades escolares e da população em geral que são constitucional e legalmente previstas em casos de mudanças tão profundas da educação pública como estas.

⁵ Partimos da hipótese inicialmente formulada no livro *Escolas de Luta* (CAMPOS; et al, 2016), de que os fatores que explicam a vitória (parcial) dos secundaristas paulistas é uma tríade: (a) a flexibilidade e criatividade na adaptação dos repertórios de ação coletiva conforme a mudança da conjuntura, os estudantes deliberaram “viradas táticas” de modo reflexivo, mas com um caráter relativamente espontâneo na adesão de outros estudantes que não participavam ativamente destes espaços deliberativos; (b) a construção de uma densa rede de apoio na sociedade civil (tanto nas ruas quanto nas redes); (c) alguma porosidade do Poder Judiciário a fim de reconhecer a ação direta e a desobediência civil enquanto um direito legítimo de manifestação. Neste trabalho, vamos nos ater tão somente ao item (b).

Apresentaremos aqui resultados parciais de uma investigação em curso. Nossa metodologia se baseará em um procedimento comparativo e *reconstrutivo*, ou seja, buscaremos reconstruir o *tecido social* que cada movimento estadual de ocupação de escolas revela, ao desencadear as suas lutas pela escola pública, focando-nos *nos potenciais e nos bloqueios* para a construção de uma rede de apoio às escolas ocupadas em cada sociedade civil considerada no âmbito estadual. Além de confrontar três estudos de caso (São Paulo, Goiás e Paraná) com base, inicialmente, em algumas poucas pesquisas empíricas já realizadas (CAMPOS; et al, 2016; DOMBROWSKI; et al, 2017; FLACH; SCHLESENER, 2017; JANUÁRIO; et alli, 2016; TAVARES; VELOSO, 2016; dentre outras), vamos nos referir à cobertura da imprensa acerca dos movimentos de ocupação em cada estado e analisar as pesquisas de opinião em torno da avaliação e do impacto de popularidade dos respectivos governos.

1 Quadro teórico

O objetivo deste trabalho é comparar os movimentos de ocupação de escolas que ocorreram nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná por meio de algumas categorias orientadoras: nosso ponto de partida serão os conceitos de *esfera pública formal (seletiva)* e *esferas públicas informais (subalternas)* (FRASER, 1997; PERLATTO, 2015), aliados a uma concepção gramsciana de *sociedade civil*, na qual os conceitos relevantes para compreender as suas dinâmicas internas são *hegemonia* e *contra-hegemonia* (GRAMSCI, 2004).

Um dos pressupostos de nossa análise sobre a possibilidade de adesão ou de oposição da sociedade civil (ou de parcela de seus atores e instituições) em relação ao movimento de ocupações das escolas diz respeito à disputa na esfera pública no que concerne à interpretação dos atos de resistência e desobediência civil dos secundaristas. Os estudantes levantam pretensões normativas fortes na esfera pública (sobre direitos sociais, justiça, a qualidade da nossa democracia, sobre a valorização da escola pública – e, por conseguinte, do uso do espaço público enquanto tal). Mas também devemos compreender suas ações

como uma disputa pela democratização da própria esfera pública realmente existente, apontando para outras formas de manifestações publicamente legítimas.

Por esta razão, para a compreensão dos processos empíricos em jogo, não estamos utilizando uma concepção clássica e liberal do conceito de esfera pública. Entendemos o movimento dos secundaristas como uma forma de expressão pública alternativa, um “*contrapúblico subalterno*”, como denomina Nancy Fraser, voltado a combater o modo dominante de esfera pública. Fraser afirma que grupos subalternos formam “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, permitindo, por sua vez, formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades” (FRASER, 1997, p. 81).

A formação da opinião e da vontade na esfera pública, quando considerada da perspectiva dos grupos subordinados (atingidos pelos efeitos de subordinação e exclusão da opinião pública vigente e de suas instituições), pressupõe um processo de disputa entre discursos *hegemônicos e contra-hegemônicos*. Fraser se apoia em conceitos gramscianos com o intuito de sublinhar o tipo central, porém novo, de dominação que acompanha a esfera pública. De acordo com Gramsci, o poder e a dominação exercidos pelos grupos da sociedade civil já não dependem de uma forma de opressão abertamente repressora e explicitamente violenta (o que, na modernidade, ocorreria agora apenas em momentos de crise, com guerras e ditaduras). Por ser mais “sutil” e se internalizar nos valores e opiniões da maioria, o modo de dominação baseado na “hegemonia” cultural se efetiva ordinariamente na medida em que se apoia no consentimento público dos próprios membros da sociedade civil, criando uma espécie de subordinação consentida. A esfera pública liberal moderna, por sua vez, é a arena política por excelência de autoafirmação da sociedade civil burguesa, ou seja, onde tal sociedade exerce sua dominação hegemônica.

De onde se justifica, em termos teóricos, a necessidade de um conceito crítico de esfera pública que supere uma série de pressupostos cujas consequências implicam a dominação prática e a exclusão dos grupos sociais subordinados na esfera pública. Fraser procura combater quatro pressupostos do modelo liberal de esfera pública: 1) o pressuposto de que a igualdade social não é uma condição necessária para a democracia política; 2) que

uma esfera pública única e abrangente é sempre preferível em relação a uma multiplicidade de públicos; 3) que a esfera pública é um fórum voltado exclusivamente à deliberação sobre o bem comum, o que se chocaria com a pluralidade de formas de vida, necessidades e interesses; e que 4) ela requer uma separação desejável entre sociedade civil e Estado (cf. FRASER, 1997, p. 76). Tais pressupostos funcionariam precisamente para forçar uma legitimação dos modos de vida e posições sociais e políticas dominantes, reproduzindo-a na “esfera pública oficial”. Ideias e valores culturalmente dominantes, legitimados por um consentimento público apoiado na opinião da maioria, produzem assim a forma hegemônica de dominação política. A “esfera pública oficial”, afirma a autora, constitui-se como o “principal lugar institucional para a construção do consentimento que define o novo modo hegemônico de dominação” (FRASER, 1997, p. 76).

Mas ainda que, em seu diagnóstico, Fraser identifique a esfera pública como um dos mais importantes modos hegemônicos de dominação, ela também procura desenvolver um conceito renovado de esfera pública que seja útil para uma teoria crítica da democracia, por ser capaz de explicitar o potencial emancipatório da esfera pública em suas formas *contra-hegemônicas* de expressão e atuação levadas a cabo pelos grupos subordinados. Porque não possuem iguais condições sociais de participação nos processos políticos (tanto formais quanto informais), os grupos subordinados formam públicos alternativos para a tematização e deliberação sobre suas necessidades, objetivos e estratégias. Logo, o conceito de contrapúblicos subalternos precisa pressupor uma concepção de democracia política mais inclusiva à questão social, isto é, à realidade de sociedades estratificadas e culturalmente plurais. Por isto, de acordo com Fraser, o movimento antirracista e o movimento feminista são dois exemplos de contrapúblicos subalternos, que se organizaram politicamente em torno de determinadas experiências de subordinação e dominação, criando, assim, espaços alternativos de socialização onde puderam formar sua própria opinião, encontrar condições públicas de deliberação e produzir contradiscursos para a tematização de suas realidades sociais.

Além de ser sensível à desigualdade social, à multiplicidade das vozes dos grupos subalternos e à pluralidade cultural de modos de vida (aspectos determinantes na caracterização de discursos alternativos e contra-hegemônicos), a concepção de esfera

pública formulada por Fraser exige que se reconsidere a separação entre sociedade civil e Estado. Tal aspecto será frutífero na organização empírica do material analisado neste artigo, pois a relação entre esfera pública hegemônica e contrapúblicos subalternos se realiza de maneira dinâmica entre o espaço social informal de formação da opinião e a esfera pública oficial, mais atrelada às instituições das mídias de massa e à deliberação política formal.

Não devemos imaginar que a formação da opinião pressupõe uma adesão não disputada a valores e vontades da maioria. Mesmo no âmbito informal da formação da opinião, ancorada em modos diversos e desiguais de socialização cotidiana, a multiplicidade de públicos decorre justamente da variedade das experiências e condições sociais e culturais de existência. Valores e instituições que reproduzem os traços hegemônicos de uma cultura oficial, androcêntrica e racializada, desigual e injusta, se chocam com outras visões de mundo e aspirações contra-hegemônicas, as quais encontram suporte e se materializam em modos intermediários e alternativos de socialização e participação na vida pública. Isto pode levar a disputas entre opiniões e comportamentos no âmbito de “públicos fracos”, ou seja, “públicos cuja prática deliberativa consiste na formação da opinião e não abarca ainda a tomada de decisão” (FRASER, 1997, p. 90).

O “público forte”, por sua vez, segundo os conceitos de Fraser, consiste na esfera pública “dentro do Estado” (FRASER, 1997, p. 90). Mesmo sendo pensado já atrelado ao sistema político, o público forte ainda assume a forma deliberativa de comunicação e argumentação no papel do Parlamento. Certas constrictões deliberativas institucionalizadas (na medida em que é uma arena de tomada de decisão) e interesses de uma elite política distinguem esta dimensão formal daquela informal, mais espontânea e em geral tematicamente mais porosa, dos públicos fracos. A possibilidade que os grupos subordinados têm de produzir contra-poder depende assim crucialmente da capacidade de imbricação entre a dimensão mais informal e a mais formal da esfera pública, ou seja, de preencher a sociedade civil com associações secundárias ou intermediárias entre uma e outra dimensão (cf. FRASER, 1997, p. 89). Tal imbricação é muito difícil de acontecer.

Jürgen Habermas, partindo desta distinção entre públicos fracos e fortes de Fraser, procurou analisar de maneira semelhante as dificuldades desta mesma imbricação. Segundo

o autor, mídias de massa são responsáveis em geral pela disseminação de determinados valores e opiniões, assegurando a reprodução hegemônica dos grupos sociais e políticos dominantes. Há certamente uma grande desigualdade de poder quando comparamos os formadores oficiais de opinião com a capacidade das mídias alternativas e seus contradiscursos. O mesmo acontece quando olhamos para a “circulação do poder” (HABERMAS, 1994, cap. 8) de cima para baixo, isto é, a partir do modo politicamente blindado dos públicos fortes dentro do Estado. O grau de porosidade extremamente pequeno do público forte decorre, em termos formais, do engessamento das instituições, da burocracia do sistema político e dos interesses da elite política no jogo do poder. Já em termos substantivos, o público forte se encontra geralmente respaldado pela lealdade da opinião da maioria.

Estas “barreiras de poder”, que reforçam a manutenção normalizada da hegemonia da esfera pública oficial, só se deixam “vibrar” em situações críticas, com muita mobilização por parte da sociedade. “Nos momentos de mobilização”, afirma Habermas, “começam a vibrar as estruturas sobre as quais se apoia a autoridade de um público que toma posição. Assim, alteram-se as relações de força entre sociedade civil e sistema político” (HABERMAS, 1994, p. 458). Em casos normais, o poder estabelecido pela esfera pública oficial e pelo governo se autonomiza diante dos contrapúblicos. Mas quando as pessoas “agudizam seus protestos”, quando se torna claro o “sentido de uma pressão acentuada por legitimação” (HABERMAS, 1994, p. 462), então os cidadãos têm a oportunidade de inverter a direção do fluxo do poder na esfera pública.

O papel dos públicos subalternos e sua relação com a cultura hegemônica tem sido ressaltado em reconstruções a respeito da esfera pública na história brasileira. Segundo Perlatto, a esfera pública se configurou no Brasil

desde o século XIX, ainda que sua construção tenha sido marcada pela *seletividade*, tanto no que tange aos personagens capazes de nela operar, quanto em relação aos temas a serem debatidos em seu âmbito. Não obstante a construção dessa *esfera pública seletiva*, [...] ocorreu a formação de *esferas públicas subalternas*, constituídas por diferentes espaços de sociabilidade nos quais os segmentos subalternos buscaram se organizar. (PERLATTO, 2015, p. 122-123)

Desde discursos abolicionistas e antirracistas, passando por lutas populares de setores subalternos organizados partidariamente, da organização de ligas camponesas até novos movimentos sociais que entravam em cena na sociedade civil (ligados às mulheres, aos negros, aos ambientalistas, à reforma agrária e urbana etc.), construiu-se historicamente no Brasil esferas públicas subalternas que “procuraram resistir de diferentes maneiras aos discursos hegemônicos” (PERLATTO, 2015, p. 139), disputando assim visões de mundo formuladas na esfera pública oficial.

2 Comparação entre os estudos de caso

2.1 São Paulo

Os estudantes paulistas foram razoavelmente bem-sucedidos em sua mobilização pois conseguiram suspender a “reorganização” escolar, em grande parte pela transformação de uma opinião pública que já era contrária ao projeto em uma densa rede de apoio às ocupações, tanto nas ruas – no cotidiano das escolas ocupadas – quanto nas redes – nas mídias sociais digitais. No final de outubro de 2015, antes da primeira escola ser ocupada, mas quando a “reorganização” já havia sido anunciada (e os estudantes já estavam agindo coletivamente para protestar⁶ contra o projeto), mais da metade da população paulista (59%) era, segundo pesquisa Datafolha, contrária à proposta do governo estadual (CAMPOS; et al, 2016, p. 257). Já no final de novembro, quando o movimento de ocupação de escolas já havia se massificado, uma quantidade praticamente igual de pessoas (55%) se declarou favorável aos secundaristas ocuparem suas escolas (CAMPOS; et al, 2016, p. 266).

A cobertura da grande imprensa acerca da “reorganização” foi, de início, favorável e próxima às narrativas do governo estadual, como evidencia o uso retórico do termo “abertura de escolas” para se referir às unidades escolares que passariam a ter apenas um ciclo (só Ensino Fundamental I ou só Ensino Fundamental II ou só Ensino Médio) e a utilização

⁶ Antes da primeira escola ser ocupada (a Escola Estadual Diadema, em 9 de novembro de 2015), foram identificadas em levantamento na imprensa (nacional e local) ao menos 163 manifestações de rua, em mais de 60 cidades espalhadas por todo o estado de São Paulo, durante 6 semanas: da última semana de setembro à primeira de novembro (CAMPOS; et al, 2016, p. 41-43).

insistente de aspas para se referir às escolas que seriam “fechadas”, o que corrobora o discurso governamental e deslegitima seus críticos. Contudo, verificamos que a cobertura de jornais como a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo é mais complexa do que nos casos de O Popular (Goiás) e da Gazeta do Povo (Paraná). Tal complexidade pode ser compreendida como trazendo alguma ambiguidade à cobertura da “reorganização” e da mobilização secundarista.

O Estado de S. Paulo, por exemplo, entrou com um pedido com base na Lei de Acesso à Informação para forçar o governo estadual a apresentar as pesquisas que supostamente embasavam o projeto de reforma educacional (o secretário da educação, em entrevistas, sempre argumentava que “dados científicos” comprovariam o impacto positivo de escolas de ciclo único no desempenho escolar dos alunos). A princípio, estes dados não estavam abertos ao público; mas com o pedido do jornal paulistano, revelou-se que se tratava de estudo bastante frágil e precário: uma análise univariada (ou seja, que isolava como única variável o número de ciclos das escolas) que sofreu críticas de especialistas em política pública e em estatística (CAMPOS; et al, 2016, p. 28-29).

Já a Folha de S. Paulo, além de ter publicado no jornal impresso reportagem realizada por jornalista que esteve dentro da ocupação da Escola Estadual Fernão Dias enquanto ela foi cercada pela Polícia Militar, publicou no site da TV Folha um vídeo de quase 10 minutos sobre o cotidiano das escolas ocupadas, bastante simpático ao movimento. Em poucos dias, o vídeo foi retirado do ar e editado, a fim de, supostamente, apresentar uma abordagem mais “equilibrada”. Além destas idas e vindas, outro episódio que conecta o jornal ao governo estadual foi a decisão, difícil de entender, de adiar por mais de uma semana a publicização de pesquisa Datafolha de popularidade do governador (CAMPOS; et al, 2016, p. 280-281).

Passando da grande imprensa para a abertura institucional do Estado ao movimento secundarista, as principais fissuras à atuação conjunta e fechada (burocrática e autoritária) das secretarias estaduais da Educação (SEE-SP) e da Segurança Pública (SSP-SP) foram a atuação (crescentemente articulada) do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública. De início, MP e DP agiram para garantir o direito de liberdade à manifestação das crianças e dos adolescentes. Conforme a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo pede a reintegração

de posse das duas primeiras escolas em São Paulo capital (EE Fernão Dias e EE Salvador Allende) e o juiz da primeira instância defere este pedido, ele vai parar na Central de Mandados. Por uma decisão individual deste segundo juiz, é convocada uma audiência pública, com a presença não apenas de três representantes da ocupação do Fernão Dias, mas também: seus advogados, representantes do sindicato dos professores, conselheiros tutelares, promotor de justiça do Geduc (Grupo de Atuação Especial em Educação do MPE-SP), defensoras públicas, representante da SEE-SP, diretora da escola, representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e uma oficial de justiça. Este é um exemplo paradigmático de um “público forte” no sentido de Fraser (1997), pois implica uma decisão final do juiz permeada pelo debate público entre diferentes atores sociais. O juiz da primeira instância, ao entrar em contato com a realidade da escola ocupada, percebe que a argumentação do governo estadual (inteiramente baseada na deslegitimação da ocupação, afirmando que os estudantes eram manipulados pelo sindicato dos professores da rede pública estadual e filiado à central sindical ligada a um partido político de oposição) não tinha base: o juiz voltou atrás e o pedido de reintegração de posse foi suspenso, reconhecendo a legitimidade do direito de protesto de crianças e adolescentes (os quais devem receber, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, tratamento especial). A solução repressiva inicialmente aventada pelo governo estadual, de desocupar a escola à força com a Polícia Militar, foi vetada temporariamente pelo Poder Judiciário (CAMPOS; et al, 2016, p. 95-99).

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) continuou, em seguida, surpreendendo, ao realizar uma audiência pública também na segunda instância (algo relativamente raro de acontecer). Um novo “público forte” se formou, trazendo representantes de dezenas de escolas ocupadas da capital paulista a um auditório, com uma mesa composta por desembargadores, o secretário estadual da educação, a presidenta do sindicato dos professores e o promotor de justiça do Geduc. Uma defensora pública foi, no decorrer da audiência, se tornando uma espécie de mediadora informal do processo, frente à inexperiência do TJ-SP em se abrir à sociedade civil. Ao se tornar momentaneamente permeável às experiências e discursos dos secundaristas, o Judiciário se revelou mais poroso do que o Poder Executivo, que se mantinha intransigente na decisão de implementar a

“reorganização” escolar a qualquer custo. Com base no debate público realizado, os desembargadores tomaram decisão unânime pela suspensão de todas as reintegrações de posse de escolas ocupadas na cidade de São Paulo (CAMPOS; et al, 2016, p. 161-168), o que potencialmente valeria para as demais comarcas.

Contudo, estas duas audiências públicas de conciliação realizadas no âmbito do TJ-SP não explicam sozinhas a *legitimação* da desobediência civil de ocupar escolas; é preciso considerar a formação paulatina de uma densa e intensa rede de apoio aos secundaristas na sociedade civil paulista.

Nas redes sociais da internet, por exemplo, circularam informações por páginas de Facebook de grupos políticos apoiadores (Não Fechem Minha Escola, O Mal Educado, Território Livre, UBES, UPES-SP, ANEL, etc.), da mídia alternativa (Jornalistas Livres, Centro de Mídia Independente, etc.) e das próprias escolas ocupadas (foi possível computar em torno de 150 páginas individuais), além de um grupo nesta rede social chamado “Sociedade Civil Pró Escolas Ocupadas”. Além disso, campanhas virtuais foram criadas: #DoeUmaAula (uma plataforma com um formulário online para cadastrar e oferecer atividades e aulas a serem doadas para as ocupações), #DeGuardaPelasEscolas (um cadastro para receber mensagens por celular no caso de uma escola sofrer abusos ou violências) e #OcupaEstudante (inspirada na #AgoraÉQueSãoElas, convidava secundaristas a ocuparem sites e blogs de notícia⁷ para narrar sua própria luta e experiência). Vídeos postados a partir das páginas das ocupações foram viralizados, como, por exemplo: (1) quando um menino confrontou um policial militar que havia entrado na ocupação de forma ilegal, pois não tinha em mãos um mandado judicial (CAMPOS; et al, 2016, p. 200-201); e (2) quando uma menina corrigiu um jornalista da Globo, que havia chamado, de modo errôneo e estigmatizador, a ocupação de “invasão” (CAMPOS; et al, 2016, p. 194). Estes são exemplos paradigmáticos de como a internet possibilita ou reforça confrontar autoridades constituídas, seja ela a PM ou a grande imprensa.

⁷ Alguns dos veículos alternativos que se abriram para os secundaristas ocuparem-nos com suas narrativas foram: “Carta Capital, Brasil Post, Revista Fórum, Le Monde Diplomatique [Brasil] e Outras Palavras, além de blogs, como Blogueiras Feministas e Periferia em Movimento” (CAMPOS; et al, 2016, p. 259).

Não foi, contudo, apenas nas redes *online* que os estudantes ganharam apoio. Diversos advogados prestaram, individual e coletivamente, assessoria jurídica em momentos que os estudantes tiveram seus direitos ameaçados ou violados.⁸ E o próprio cotidiano da escola ocupada foi transformado, tendo em vista que a ocupação era vitalizada dia após dia com atividades doadas por diferentes atores sociais: coletivos culturais organizavam saraus no interior das escolas ocupadas; estudantes universitários doaram aulas e atividades as mais diversas; e, por fim, o tipo de atividade que foi mais registrado foram as oficinas de gênero e feminismo doadas por coletivos feministas (muitos deles universitários) e, em geral, contando com a participação tanto de meninos quanto de meninas (CAMPOS; et al, 2016, p. 138). A presença de estudantes universitários como apoiadores também será registrado nos casos dos movimentos goiano e paranaense; mas o movimento paulista provavelmente conte com uma pluralidade e complexidade maiores de atores, considerando, por exemplo, os movimentos culturais periféricos e também artistas e produtores culturais.

Outra singularidade da rede de apoio ao movimento secundarista em São Paulo é justamente o grau de adesão de indivíduos do que pode ser chamado de *mainstream* da indústria cultural, como artistas e celebridades. Humoristas (Gregorio Duvivier, Monica Iozzi, Rafinha Bastos), atores e atrizes (Leandra Leal, Pascoal da Conceição), ao menos uma cartunista (Laerte) e uma chef de cozinha (Paola Carosella) famosas e, principalmente, dezenas de músicos (como: Arnaldo Antunes, Arthur Freestyle, Barbara Eugênia, Cachorro Grande, Céu, Chico Buarque, Chico Cesar, Criolo, Dado Villa-Lobos, Daniel Black, Emicida, Fernando Anitelli, Fresno, Leo Cavalcanti, Luana Hansen, Karina Buhr, Maria Gadú, MC Soffia, Paulo Miklos, Pitty, Rael, Tetê Espíndola, Tico Santa Cruz, Tiê, Tulipa Ruiz, Vanguard, Vespas Mandarinas, Xis, Yzalú e Zélia Duncan, dentre outros) demonstraram apoio aos secundaristas, seja pelas redes sociais, seja por declarações à imprensa ou então visitando as escolas ocupadas. O ponto alto do que chamamos em outra ocasião de *mainstreamização* do apoio ao movimento foi a chamada Virada das Ocupações, organizada pela ONG Minha Sampa e realizada nos dias 6 e 7 de dezembro, contando com “cerca de 2 mil voluntários e 800 artistas” além de cerca de 20 mil espectadores (CAMPOS;

⁸ Sobre um destes coletivos, o Advogados Ativistas (que inclusive produziu uma cartilha sobre os direitos dos secundaristas ocupantes), cf. Biral (2014).

et al, 2016, p. 263-264); os shows, que ocorreram de forma descentralizada, em vários palcos (como as escolas ocupadas ou então praças), acabaram funcionando como uma espécie de comemoração do recuo do governo Alckmin, que havia anunciado em 4 de dezembro a suspensão da “reorganização” escolar.

Mais uma demonstração do grau de adesão e da disposição de apoio de uma ampla parcela da sociedade civil (paulista e principalmente paulistana) foi a participação de adultos e adolescentes sem vínculo direto com a escola pública. Ex-estudantes de escolas privadas ou então pais e mães cujos filhos frequentam escolas privadas buscaram diferentes formas de apoiar a mobilização secundarista. E também foi possível verificar a participação de adolescentes que estudavam naquele momento na rede particular de ensino – seja como apoiadores do movimento (visitando as escolas ocupadas, dialogando com os secundaristas da rede pública ou até mesmo dormindo eventualmente uma noite na ocupação) seja como ocupantes efetivos e participantes legítimos do movimento –, algo que, até o momento, não foi possível detectar em outros movimentos massivos de ocupação de escolas estaduais em outras regiões do país.⁹

Outros setores da sociedade civil que se mobilizaram para apoiar os secundaristas foram intelectuais públicos, organizações ligadas ao direito à educação e até mesmo torcidas organizadas. Também foi constituído um Comitê de Mães e Pais em Luta, o qual enviou, junto com a ONG Artigo 19, um dossiê compilando “violências e arbitrariedades cometidas pelas autoridades paulistas, policiais e governamentais contra os estudantes” para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA-Organização dos Estados Americanos (CAMPOS; et al, 2016, p. 254).

É verdade que nem toda a população paulista se posicionou favorável às ocupações secundaristas. O governo estadual, com o auxílio da juventude de seu partido (o PSDB), buscou de diferentes formas mobilizar pais e alunos contra as escolas ocupadas (CAMPOS; et al, 2016, p. 210-213). Foram verificadas reuniões convocadas por diretoras e abrigadas em

⁹ A mobilização das escolas privadas paulistanas se aprofundou e se autonomizou em 2017, quando professores (e estudantes) aderiram à greve geral de 28 de abril em pelo menos 233 colégios; cf. MAIS escolas particulares de SP aderem à greve geral; veja lista completa. **O Estado de S. Paulo**, 27 abr. 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mais-escolas-particulares-de-sp-aderem-a-greve-geral-veja-lista-completa,70001755351>>. Acesso em: 26 set. 2017.

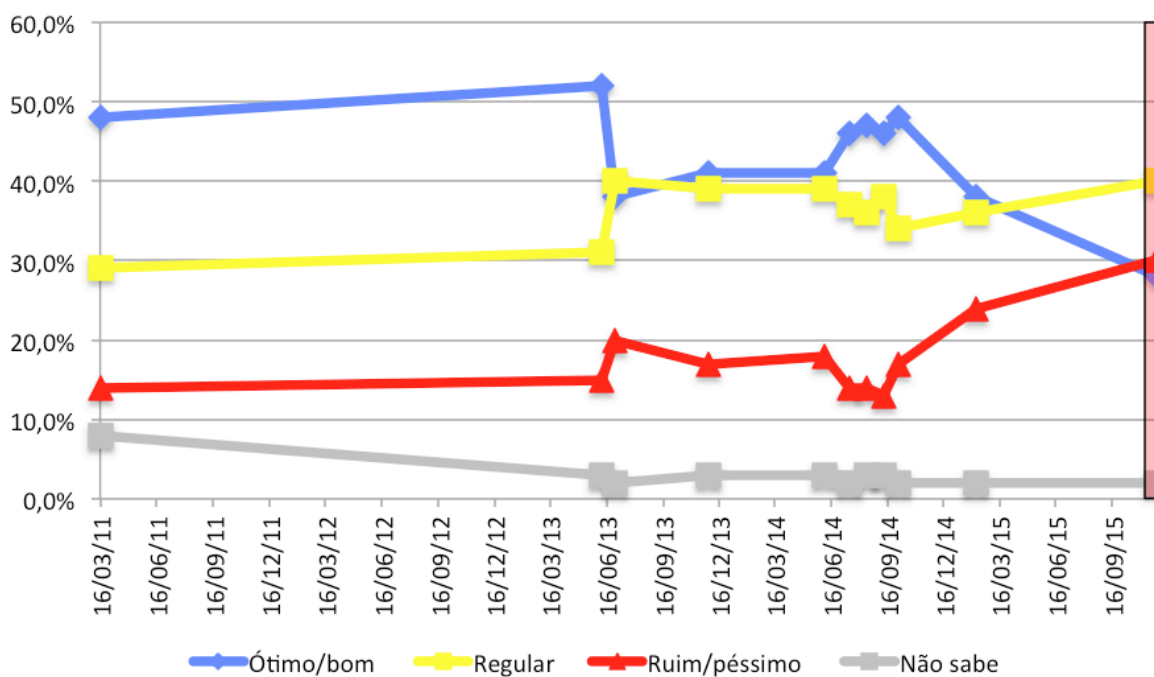
paróquias nas regiões das escolas ocupadas (ao menos três destas reuniões foram identificadas – nas regiões central, leste e norte – em paróquias ligadas à Arquidiocese de São Paulo, cujo arcebispo é Dom Odilo Scherer); o roteiro destas reuniões consistia em impedir a participação dos ocupantes, caso estes soubessem da data e do local do encontro, e prometer aos pais que as aulas voltariam na manhã do dia seguinte ou que as notas seriam divulgadas ou então que as matrículas seriam realizadas; o plano premeditado era criar uma situação na qual um grande número de pais se dirigiria para a escola (que permanecia ocupada, nada havia mudado neste sentido) e quando eles percebessem que a desocupação não tinha ocorrido, a expectativa era que se formasse um movimento de pressão e, eventualmente, de entrada violenta para forçar a desocupação (CAMPOS; et al, 2016, p. 219-226). Até onde foi possível verificar, este plano elaborado pela burocracia escolar não foi, em geral, bem sucedido. Muito provavelmente devido à legitimidade que o movimento secundarista já havia construído nas comunidades escolares e na opinião pública paulista como um todo.¹⁰

Ao final do mês de novembro de 2015, nova pesquisa Datafolha realizada revelou queda incomum de popularidade do governador Geraldo Alckmin. De outubro de 2014, passando por fevereiro de 2015 e chegando a novembro deste mesmo ano, o seu índice de ótimo/bom foi caindo sistematicamente: de 48% (na época da reeleição de Alckmin, já no 1º turno) para 38% e depois para 28%. Nunca antes na série histórica o seu índice de ruim/péssimo (de 30% em novembro de 2015) havia ultrapassado o índice de ótimo/bom. O único outro momento minimamente parecido com este foi logo após os protestos de junho de 2013, quando a popularidade de Alckmin despencou de 52% de ótimo/bom no início daquele mês para 38% (com o índice de regular ultrapassando pela primeira vez a sua aprovação). Ao analisar os dados desagregados, verifica-se que as avaliações “ótima” e “boa” caíram mais nos segmentos feminino, de maior idade e de menor escolaridade, o que levou Campos et al (2016, p. 266-267) a formular a plausibilidade da hipótese de que o governo perdeu legitimidade frente às mães e avós daqueles mesmos jovens que ocupavam exatamente

¹⁰ Patta (2017) realizou um estudo de caso de uma escola ocupada na Zona Leste paulistana, no qual ele reconstrói a articulação de diferentes redes de poder (a burocracia escolar, a Polícia Militar, igrejas evangélicas e famílias de estudantes) na tentativa de restaurar uma ordem conservadora contra a ocupação.

naquele momento as suas escolas e sofriam investidas violentas, repressivas e criminalizadoras do poder público. É preciso lembrar que mães, vizinhos e comerciantes locais doaram durante vários dias alimentos e itens de limpeza e, eventualmente, dormido nas ocupações para participar da sua segurança. O contato próximo com o cotidiano das escolas ocupadas deve ter prevenido as comunidades escolares de aderir e reproduzir a narrativa conservadora que estigmatizava e/ou criminalizava o protesto secundarista, transferindo a legitimidade não para os discursos e ações do poder público (seja acerca da sua proposta de reforma educacional, seja suas iniciativas repressivas) e sim para o movimento dos estudantes e seus apoiadores na sociedade civil.

Gráfico 1 – Avaliação Geraldo Alckmin (PSDB-SP)¹¹



fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Datafolha

¹¹ O retângulo vermelho transparente destaca aproximadamente o período no qual ocorreu o movimento de ocupação de escolas.

O Datafolha não voltou a apurar a avaliação do governo Alckmin; em breve serão somados dois anos sem pesquisas de opinião (do fim de 2015 ao 2º semestre de 2017). A única indicação do que ocorreu com sua popularidade, foi pesquisa do Datafolha restrita à cidade de São Paulo, em agosto de 2016, quando o índice de ótimo/bom alcançou 31% (na capital paulista era de 17% em novembro de 2015), 36% consideravam sua gestão regular (42% na época das ocupações) e o índice de ruim/péssimo também era de 31% (o qual havia chegado a 39% quase um ano antes). Na época, a reportagem da Folha de S. Paulo atribuiu a melhora da imagem de Alckmin ao fato de que “a crise da água e a ocupação de escolas estaduais [estavam] menos vivas na memória do eleitor”¹². De qualquer forma, a agudização dos conflitos e dos protestos no final de 2015 atingiram a legitimidade do governador paulista, a ponto da retirada do projeto da “reorganização” escolar passar a ser considerada pois os desdobramentos da mobilização estudantil poderiam prejudicar as suas pretensões presidenciais para 2018 (CAMPOS; et al, 2016, p. 282-283).

2.2 Goiás

Inicialmente, é preciso reconhecer que, no caso de Goiás, o movimento foi quantitativamente menor do que os dois outros casos aqui analisados (pouco mais de 1/10 do paulista e cerca de 26 vezes menor do que o paranaense). Infelizmente não foram realizadas pesquisas de survey na época para saber as atitudes e opiniões da população goiana seja com relação ao projeto da terceirização via OS's seja com relação à tática da ocupação de escolas.

Com o grande fluxo de informações nas redes sociais e no jornalismo alternativo, até mesmo os grandes jornais de São Paulo foram obrigados a descolar sua cobertura da retórica do governo: se antes só se referiam ao “fechamento” de escolas entre aspas, a TV Folha (ligada à Folha de S. Paulo) produziu um curta bastante favorável à imagem das ocupações (mas que depois foi retirado do ar) e o Estado de S. Paulo entrou com um pedido pela Lei de Acesso à Informação para forçar o governo a liberar o estudo que justificava a

¹² Cf. BILENKY, Thais. Avaliação de Alckmin na capital melhora e aprovação atinge 31%. **Folha de S. Paulo**, 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1807201-avaliacao-de-alckmin-na-capital-melhora-e-aprovacao-atinge-31.shtml>>. acesso em: 22 set. 2017.

“reorganização”. Já em Goiás, a relação entre grande mídia e Estado parece ser muito mais próxima e menos mediada (ou seja, o grau de seletividade da esfera pública formal é maior).

Um caso exemplar é a cobertura de telejornais vespertinos e portais de notícia na internet da primeira ocupação da Seduce-GO (Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás), ocorrida em 26 de janeiro de 2016. Os órgãos da imprensa reproduziram a retórica estatal, transformando uma ação pacífica de menores de idade em um suposto cárcere privado que estaria ameaçando a integridade física e até mesmo a vida dos servidores que ali se encontravam, o que contribuiu para a criminalização do movimento e tendia a legitimar a ação violenta da Polícia Militar que cercava o prédio com centenas de policiais, helicópteros e carros blindados (TAVARES; VELOSO, 2016, p. 21). Tal distorção de uma mobilização pacífica feita por adolescentes foi combatida por canais alternativos nas redes sociais.

Algumas das páginas de Facebook que, durante o movimento goiano de ocupação de escolas contra a terceirização, colaboraram para produzir e circular contra-narrativas foram: “Secundaristas em Luta – GO” (gerida pelos próprios estudantes das escolas públicas) e “Desneutralizador” (um coletivo de comunicação independente fundado em 2013), além do blog Passa Palavra (responsável por realizar uma ponte entre apoiadores autonomistas dos estados de São Paulo e de Goiás, desde antes das escolas serem ocupadas).

Inicialmente, os advogados apoiadores do movimento sequer tinham sua entrada na Seduce-GO permitida; quando finalmente conseguem adentrar no prédio ocupado, três destes advogados filmam a situação real do subsecretário e dos demais funcionários públicos, comprovando que eles não estavam sendo mantidos em cárcere privado pelos secundaristas. O vídeo é compartilhado nas redes sociais e em poucos minutos alcança milhares de visualizações, o que auxilia no combate à versão criminalizadora do governo estadual e da grande mídia tradicional (TAVARES; VELOSO, 2016, p. 21). As redes sociais também foram importantes para denunciar a falta de lisura do processo de contratação das OS’s (BALDINO; FREITAS, 2016, p. 914).

Se em São Paulo, foi possível verificar “fissuras” nas instituições estatais, as quais se revelaram “porosas” às demandas e necessidades dos estudantes secundaristas (MP, DP e

TJ-SP), no caso de Goiás tais fissuras foram menos relevantes. Mas de forma similar à ação civil pública assinada em conjunto por MP-SP e DP-SP que pedia a suspensão da “reorganização” escolar (cf. CAMPOS; et al, 2016, p. 274-277), o Ministério Público Estadual e de Contas de Goiás entrou com uma ação civil pública para exigir a suspensão do edital de chamamento das OS’s. Contudo, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) indeferiu a liminar, assim como deferiu o pedido de reintegração de posse das escolas ocupadas (TAVARES; VELOSO, 2016, p. 17). Se o poder judiciário se alinhou ao poder executivo, assim também o fez o poder legislativo: a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou, em meados de 2016, projeto de lei encaminhado pelo governo estadual e que adequava a lei das OS’s após o fim do movimento de ocupação de escolas, o que tinha o sentido de validar a publicação de um novo edital (TAVARES; VELOSO, 2016, p. 16).

Já a assistência jurídica se deu em São Paulo por meio de ONGs e vários coletivos e indivíduos advogados ativistas, enquanto que, em Goiás, esta ocorreu de modo mais restrito; central foi, por exemplo, a atuação de um professor da Ciência Política da UFG mas com formação jurídica e autor do paper em que estamos baseando nossa análise; o próprio paper é apresentado como resultado de uma pesquisa-ação, na qual a prestação de “serviços voluntários de advocacia” é condição para acessar dados e situações que não seriam acessíveis de outra forma, tais como negociações com a Seduce-GO e a PM-GO, além do acompanhamento de estudantes e apoiadores detidos ou presos (TAVARES; VELOSO, 2016, p. 10).

Assim como os autores do paper são professor e pós-graduanda da UFG, as universidades foram instituições fundamentais para a formação de alguma rede de apoio na sociedade civil ao movimento de ocupação de escolas e, após estas serem desocupadas, ao movimento de resistência à terceirização como um todo. Principalmente estudantes universitários (mas também professores universitários) foram cruciais no apoio aos secundaristas (TAVARES; VELOSO, 2016, p. 15; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 191). Como atesta artigo contendo entrevista com estudante universitário apoiador do movimento, até mesmo alunos que não eram de universidades públicas (como no caso majoritário da UFG), mas de universidades privadas (o caso minoritário da PUC-GO) participaram da rede de apoio ao movimento (BALDINO; FREITAS, 2016, p. 918). Também foi registrado o

apoio de artistas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 191), mas nada comparável à escala de alinhamento aos secundaristas de uma grande parcela de artistas e celebridades da indústria cultural paulistana, como visto anteriormente.

A assessoria jurídica e as redes sociais digitais foram importantes para combater ou minimizar o uso da força militar, legitimada pelo discurso de criminalização do movimento social. Contudo, outros episódios de violência e repressão em Goiás não foram repercutidos como em casos similares em São Paulo, o que conduz ao aumento do grau de arbitrariedade com que o poder estatal pôde ser exercido. Esta diferença entre os dois estados poderia ser atribuída a uma sociedade civil menos complexa, uma imprensa menos distante do poder (e, portanto, um maior grau de seletividade da esfera pública oficial) e um Estado militarizado¹³ que tem suas ações menos vigiadas e denunciadas publicamente.

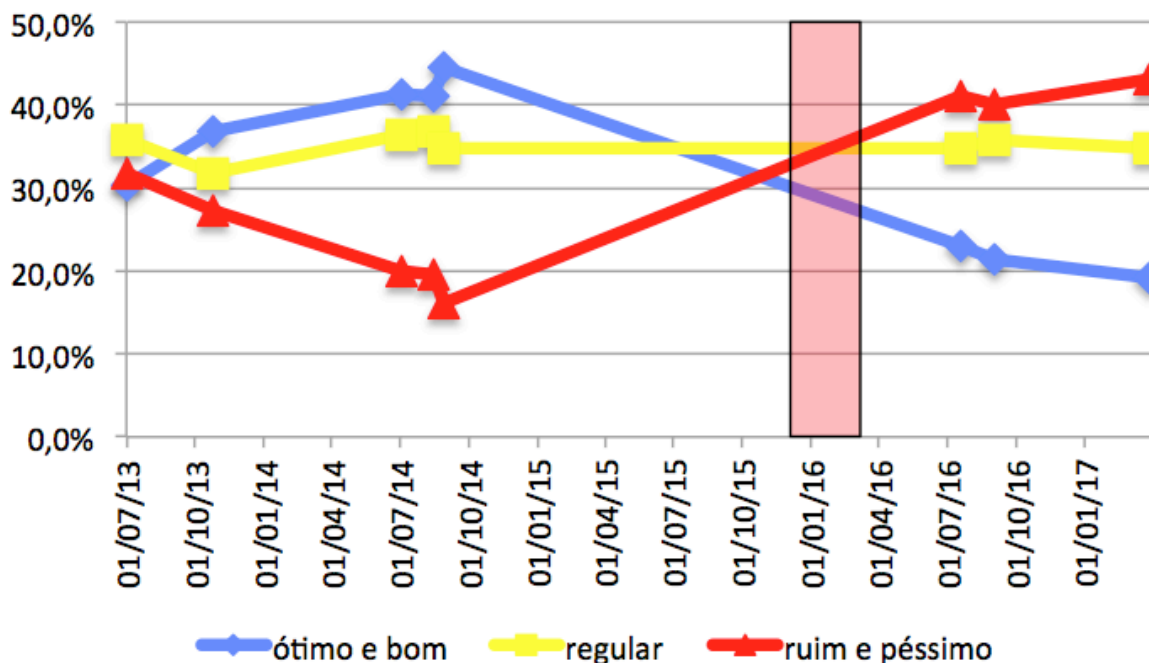
Talvez outra diferença com o movimento paulista tenha sido um menor grau de adesão e apoio das comunidades escolares às ocupações. Embora tenham sido registradas oficinas de arte, pintura, música e outras atividades, como estudos preparatórios para o ENEM (RÊSES; DUARTE, 2017, p. 8), também foi apontada um “antagonismo das famílias para com o movimento” (BALDINO; FREITAS, 2016, p. 913). Se em São Paulo se verificou intenso protagonismo feminino nas ocupações¹⁴, um apoiador universitário de uma escola ocupada em Anápolis se referiu a um “machismo familiar” que impediu a participação efetiva das meninas nas ocupações, o que teria levado a uma “maioria de meninos” nas escolas ocupadas (BALDINO; FREITAS, 2016, p. 920). Mesmo que não se possa generalizar esta afirmação para o movimento como um todo, é intrigante considerar suas implicações. Na maior parte das vezes, ainda segundo este estudante universitário, a relação da comunidade era “ofensiva” com relação às ocupações: os adultos responsáveis pelas crianças e adolescentes não as aceitavam porque não sabiam onde seus filhos ficariam durante seu horário de trabalho (BALDINO; FREITAS, 2016, p. 923) – uma questão que

¹³ Prova disso é Goiás ser o estado com maior número de escolas militarizadas (escolas públicas geridas pela Polícia Militar) do Brasil; cf. BERTONI, Estêvão. Cresce no Brasil o número de escolas básicas públicas geridas pela PM. **Folha de S. Paulo**, 10 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1666631-cresce-no-brasil-o-numero-de-escolas-basicas-publicas-geridas-pela-pm.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2017.

¹⁴ Como bem registra o documentário: LUTE como uma menina. Direção: Beatriz Alonso e Flávio Colombini. São Paulo: [s.p.]. 2016, Youtube, 76 min.

também foi verificada em São Paulo mas não a ponto de impedir em larga escala o apoio da comunidade escolar à mobilização secundarista.

Gráfico 2 – Avaliação Marconi Perillo (PSDB-GO)



fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Serpes

O projeto da terceirização foi suspenso, com mais de um edital de chamamento das OS's tendo sido questionado pelo Ministério Público na Justiça, em especial pela falta de experiência e capacidade das entidades inscritas nos processos. Com o fim do movimento de ocupação de escolas no início de 2016, seguiram-se medidas repressivas no âmbito local (das unidades escolares após a sua desocupação) e na criminalização dos ocupantes da Seduce-GO.¹⁵ Pesquisas de opinião atestam queda da popularidade do governador Marconi

¹⁵ Trinta e uma pessoas foram detidas na terceira ocupação da Seduce-GO, incluindo um professor da UFG que foi vítima de armadilha da PM-GO: havia sido chamado para ajudar na mediação com os ocupantes, mas saiu do prédio da secretaria algemado. Dos 31, os dezoito maiores de idade viraram réus em processo judicial, indiciados por dano qualificado e corrupção de menores. Uma rede de apoio se formou e o Ministério Público conseguiu a poucos dias que a ação penal fosse extinta com a condição deles pagarem multa de R\$ 19 mil; cf.

Perillo: segundo pesquisas esparsas conduzidas pelo instituto Serpes, a aprovação e a desaprovação do governador se inverteram: a primeira baixou de 44,6% em agosto de 2014 para 23% em julho de 2016, enquanto que a segunda subiu de 16,1% para 41,1% no mesmo período. Embora as 30 escolas tenham sido ocupadas no período intermediário entre as enquetes, não é possível afirmar que a mobilização secundarista seja responsável por este abalo na imagem e na legitimidade do governador tucano da mesma forma como ocorreu no caso de Geraldo Alckmin. Mais provável é o desgaste da quarta gestão de Perillo em Goiás (de 1999 a 2006 e de 2010 a 2018) e sua citação em delações premiadas da Operação Lava-Jato.

2.3 Paraná

O movimento de ocupação de escolas no Paraná foi o maior que o Brasil já viveu até o momento, tendo sido também o segundo maior da história mundial, perdendo apenas para uma mobilização secundarista ocorrida entre 1990-91 contra uma reforma educacional de caráter neoliberal, na qual foram ocupadas mais de 2 mil escolas, ao menos uma em cada cidade do país (cf. GIOVANOPOULOS; DALAKOGLU, 2011). Contudo, mesmo com este grau de massificação do movimento (primeiro paranaense, depois nacional), a MP do Ensino Médio e a PEC do teto dos gastos passaram no Congresso no final de 2016; tentaremos iniciar o deciframento do enigma deste desencontro entre uma parcela significativa da sociedade civil brasileira, que se manifestou contrária a estas e outras medidas, e o sistema político, alheio aos protestos.

Um dado inicial ao qual temos acesso é uma pesquisa de opinião realizada no início de novembro de 2016 pelo instituto Paraná Pesquisas acerca das percepções da população paranaense acerca deste movimento massivo de ocupação de escolas. Embora a maioria dos paranaenses entrevistados tenha afirmado considerar válidas as reivindicações dos alunos (62,2% contra 27,9%), ser contra a Reforma do Ensino Médio (51,2% contra 38,2%) e mais ainda contra a PEC do teto dos gastos públicos (64,7% a 29,6%), a maioria das pessoas

VEIGA, Patrícia da; ALCÂNTARA, Thalys. Manifestantes presos por ocupar secretaria em GO terão de pagar R\$ 19 mil à Justiça. **Ponte Jornalismo**, 21 set. 2017. Disponível em: <<https://ponte.org/manifestantes-presos-em-goias-terao-de-pagar-r-19-mil-a-justica/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

desaprovava a ocupação das escolas estaduais pelos estudantes (69,0% a 28,3%) e uma quantidade maior ainda achava que “Os estudantes deveriam desocupar as escolas e adotar outras formas de se manifestar” (84,2% a 13,1%). Estes dados demonstram que a população paranaense concordava com a legitimidade da pauta de reivindicações dos estudantes mas não com a tática adotada – a ação direta via ocupação de colégios estaduais – diferentemente da população paulista, cuja maioria se alinhava aos secundaristas tanto na demanda (59% eram contra o projeto da “reorganização” escolar em outubro de 2015) quanto na forma de ação coletiva (55% eram favoráveis às ocupações em novembro de 2015).

O discurso do governador Beto Richa buscava associar as escolas ocupadas a baderna, crimes e uso de drogas e álcool, além de tratar os secundaristas como incapazes de ação política autônoma, supostamente vítimas de “doutrinação ideológica” por parte de sindicalistas ligados ao PT e à CUT (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 5 e 8). Esta tentativa de apelar a um “discurso conservador”, de criminalização e estigmatização das ocupações (muito similar à do governo Alckmin em São Paulo), ganhou fôlego a partir da morte de um estudante secundarista dentro de uma escola ocupada. Toda a imprensa deu grande destaque ao episódio, repercutindo o discurso do secretário estadual de segurança pública, que inicialmente disse “que o incidente foi um fato isolado e que não tinha qualquer relação com algum conflito no interior da ocupação, ou com pessoas contra o movimento”; mas ele também afirmou que seria uma “tragédia presumida”, pelo que ele apontou como um “grande número de denúncias de tráfico e consumo de drogas no interior das instituições ocupadas” (*apud* DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 11). Contudo, quem visitou as escolas ocupadas, verificou como o consumo de álcool e outras drogas era proibido taxativamente (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 16). O assassinato do jovem, no final de outubro de 2016, marcou uma guinada conservadora e reacionária contra as ocupações.

A intensidade de sua massificação e viralização abriu, inicialmente, algumas “fissuras” no Estado paranaense. O Ministério Público Estadual emitiu ofício circular defendendo a liberdade de manifestação e orientando os demais órgãos públicos a defender os direitos da criança e do adolescente; isto teve como efeito a contenção, em um primeiro momento, da repressão e a neutralização da criminalização do movimento social (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 6). A Defensoria Pública do estado do Paraná “conseguiu

derrubar uma liminar de reintegração de posse das escolas ocupadas no município de São José dos Pinhais” (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 7). A ACTEP (Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná) recomendou os conselheiros tutelares a garantir o direito de manifestação segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que também contribuiu para combater a repressão (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 7). Assim como o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente se manifestou contra ameaças perpetradas pelo governador Beto Richa, conectando a liberdade de pensamento, associação e protesto à missão constitucional da escola pública de preparar para o exercício da cidadania (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 177). Um equivalente das audiências públicas nas quais o TJ-SP se abriu aos discursos dos secundaristas paulistanos foi a fala¹⁶ da estudante Ana Júlia no Assembleia Legislativa do Paraná (AL-PR). Seu discurso emocionado de 10 minutos na tribuna, eventualmente interrompido por aplausos ou falas dos deputados estaduais ali presentes, viralizou nas redes sociais e foi repercutido pela imprensa nacional e internacional. Ela criticou a MP da Reforma do Ensino Médio, a PEC do teto dos gastos públicos e o PL da “Escola Sem Partido”, além de convidar os políticos a visitarem uma escola ocupada (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 13).

Junto com aquela ofensiva estigmatizadora do governo estadual, corroborada pela imprensa, verifica-se a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL). Ao se comparar o movimento de ocupações no Paraná em relação aos outros dois casos, apesar de ter sido o maior movimento de ocupação de escolas até o presente, foi onde se verificou a emergência mais explícita de uma mobilização, na base da sociedade civil, contrária aos estudantes das escolas ocupadas, o que levou a uma espécie de polarização que reproduziu os conflitos políticos pró e anti-impeachment (da presidente Dilma Rousseff), e que foi chamado de “contraofensiva conservadora” (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 176). O MBL liderou o movimento Desocupa Paraná, participando de reuniões com o Estado, militando nas redes sociais e até mesmo utilizando da violência para tentar forçar desocupações de escolas e universidades. O Desocupa e o governo estadual de Beto Richa (PSDB-PR) ganharam “força e adesão” depois da morte do jovem dentro de uma escola ocupada. Segundo artigo sobre o

¹⁶ Seu discurso pode ser assistido no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=aNo8BjBObXY>

Paraná, “As ações de agentes públicos e privados na contenção do movimento estudantil colaboraram, seja por meio da coerção ou do consenso, para que a hegemonia dominante se mantivesse, supostamente, inquebrável” (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 184). O MBL promoveu uma campanha de “assédio e terror”; em um dos episódios, cinco homens liderados por um candidato a vereador derrotado tentaram arrombar e invadir uma escola ocupada em Curitiba (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 11). Em outro colégio, também na capital paranaense, a comunidade escolar se viu obrigada a fazer um cordão de isolamento para proteger a escola, que o MBL tentava desocupar à força.¹⁷ Em São Paulo, em 2015, houve tentativas similares, mas em quantidade e intensidade muito menores, além de mal-sucedidas; nada comparável ao que se verificou no Paraná.

Por outro lado, não foi apenas uma rede de apoio aos governos estadual e federal e pela desocupação dos colégios que se formou na sociedade civil; também houve uma rede de apoio à mobilização secundarista. Assim como em São Paulo, foram doadas atividades e oficinas aos colégios ocupados; estudantes e professores universitários doaram aulas de preparação para o ENEM, assim como promoveram debates, palestras, oficinas e aulas sobre a MP da Reforma do Ensino Médio e a PEC do teto dos gastos públicos (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 6 e 16). O intercâmbio com a universidade também se deu no plano do repertório da ação coletiva, no momento em que estudantes universitários se inspiraram nos secundaristas para ocupar suas faculdades, também em protesto contra a PEC. Dombrowski et al (2017, p. 2) também registram a presença de bolsistas do PIBID da Unioeste em escolas que foram ocupadas na região do município de Cascavel-PR. Advogados ativistas também foram importantes no auxílio jurídico ao movimento secundarista (além da assessoria jurídica prestada pelo Ministério Público, Defensoria e conselheiros tutelares, como já nos referimos anteriormente), como, por exemplo o movimento Advogados pela Democracia

¹⁷ As seguintes notícias registram esta atuação do MBL na repressão civil e “paraestatal” às escolas ocupadas: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/mbl-e-estudantes-de-ocupacao-entram-em-confronto-caso-vai-parar-na-delegacia-da-mulher/> ; <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/secundaristas-denunciam-acao-mbl-contra-ocupacao-em-curitiba> ; <https://www.cartacapital.com.br/politica/aliado-de-temer-mbl-tenta-desarticular-ocupacoes-escolares-no-parana> ; <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827500-sindicatos-partidos-e-mbl-inflamam-tensao-em-ocupacao-de-escolas-no-pr.shtml> ; https://www.vice.com/pt_br/article/78zaab/pm-impede-mbl-invadir-escola-ocupada ; <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2016/10/28/mbl-tenta-desocupar-colegios-no-parana-a-revelia-da-justica.htm> ; https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html

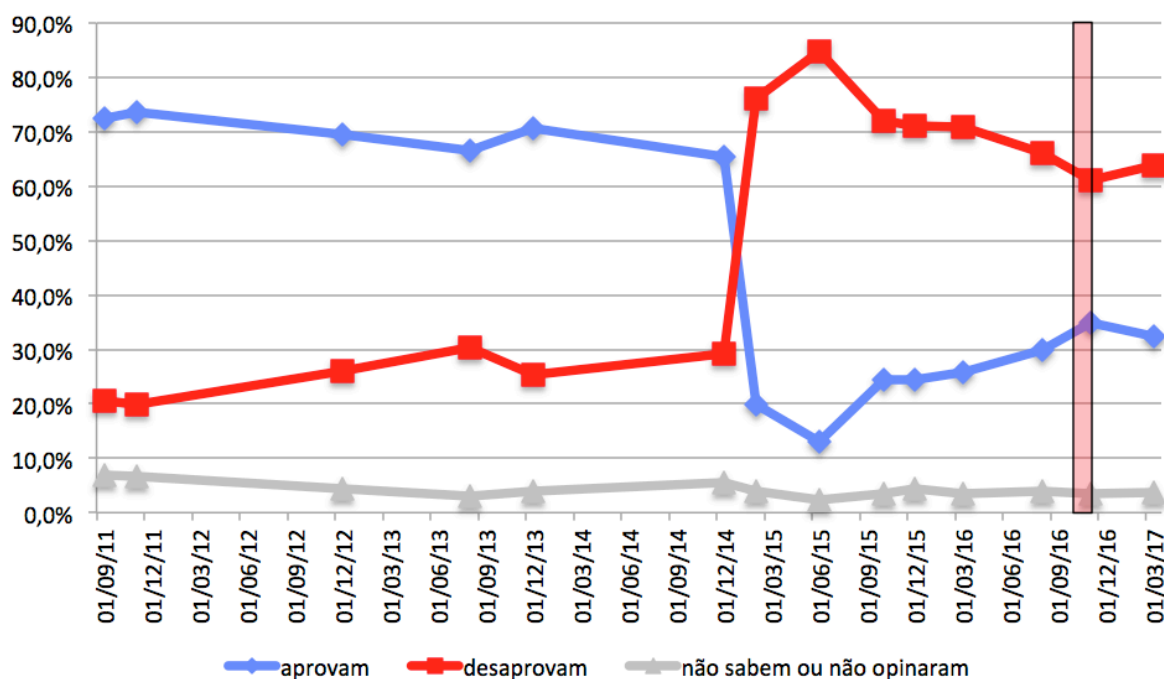
(DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 11) mas, provavelmente, em uma intensidade menor do que no caso de São Paulo.

As redes sociais digitais foram fundamentais para fomentar uma rede de apoio e combater as narrativas dos governos e legitimadas pela imprensa. Além do uso do Whatsapp entre os secundaristas, páginas do Facebook como “#OcupaParana”, “CWB Contra Temer” e “EE – De Estudante Para Estudante” foram relevantes para circular informações entre as ocupações e entre os secundaristas e seus apoiadores não só no estado do Paraná como por todo o Brasil. Uma hipótese a ser verificada em um momento posterior é se a construção de uma rede de apoio às ocupações na sociedade civil encontrou bloqueios na ausência de páginas de Facebook geridas por cada escola individual e autonomamente pois, em geral, as páginas estavam centralizadas por município e controladas por grupos políticos e entidades representativas em vez dos próprios estudantes ocupantes (como era o caso em São Paulo). Contudo, as redes sociais também eram utilizadas pela mobilização civil contra as ocupações, como atestam as páginas de Facebook “#DesocupaParana” e “Mamãe Falei” (além da do próprio MBL nacional e do paranaense).

Um último fator que precisa ser tratado sobre os potenciais e os bloqueios da formação de uma rede de apoio aos secundaristas no Paraná é a atuação do sindicato dos professores da rede pública: a APP. Em 17 de outubro de 2016, o sindicato entra em greve por questões salariais. O que poderia ser, inicialmente, algo positivo para apoiar as escolas ocupadas tem um efeito ambíguo pois a greve dos professores acabou por ofuscar as ocupações secundaristas na cobertura da imprensa (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 8). Conforme o governo autoriza o corte de salários dos grevistas, a APP encerra a greve em 31 de outubro; muitos secundaristas estão presentes na assembleia docente e recebem a notícia com choque: “uma estudante de uma das escolas ocupadas chorou enquanto criticava 'a traição' dos que votaram pela suspensão da greve” (DOMBROWSKI; et al, 2017, p. 14). Neste momento, o ciclo de protestos dos secundaristas paranaenses já tinha atingido seu ápice e passa a se tornar declinante. Pouco antes, a OAB-PR tinha se pronunciado a favor das desocupações pois o movimento já teria cumprido seu objetivo de “chamar a atenção para o tema” (*apud* FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 179). E entre o final de outubro e o início de novembro, o governo é autorizado pelo judiciário a realizar a reintegração de posse

de várias das escolas. Com as campanhas de criminalização e estigmatização, a retirada do sindicato docente da cena pública, a repressão militar autorizada pelo judiciário e a repressão civil perpetrada pelo MBL e aliados, o maior movimento de ocupação de escolas estaduais que o Brasil já viveu chegou surpreendentemente ao fim em meados de novembro de 2016.

Gráfico 3 – Avaliação Beto Richa (PSDB-PR)



fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Paraná Pesquisas

Ao se comparar a trajetória da avaliação do governador paranaense com seus colegas de PSDB de São Paulo e Goiás, detectamos algumas singularidades. Beto Richa havia sido reeleito no primeiro turno (da mesma forma como Geraldo Alckmin e Marconi Perillo), mas sua popularidade despencou assim que assumiu seu segundo mandato, por conta, inicialmente, do anúncio do pacote de ajuste fiscal e de reforma da previdência dos servidores públicos estaduais e, em seguida, devido à violenta repressão (episódio que ficou conhecido como o “29 de abril”) ao movimento dos professores da rede pública que se mobilizava contra aquelas medidas. A aprovação de Richa caiu de 65,4% em dezembro de 2014 para 19,9% em

fevereiro de 2015 e para 13,0% em junho, enquanto que sua desaprovação sobe de 29,1% para 76,1% e, em seguida para estupendos 84,7%, minando a sua popularidade e legitimidade. Curiosamente, o governador paranaense passa a recuperar lentamente sua taxa de aprovação: depois de atingir o fundo do poço em pesquisa realizada em junho de 2015, ele atinge seu melhor índice em novembro de 2016, justamente no momento em que começava o refluxo do movimento de ocupação de escolas: 35,0% de aprovação e 61,0% de reprovação (uma taxa ainda alta, mas 23,7% melhor do que em meados do ano anterior). Por um lado, trabalhamos com a hipótese de que a “terceirização” das desocupações para o MBL (o que estamos chamando de “violência civil” ou “paraestatal”) precisa ser compreendida como uma estratégia resultante do aprendizado e dos constrangimentos posteriores ao 29 de abril de 2015. E, por outro lado, retomando o início desta subseção, a população paranaense, apesar de aderir às reivindicações estudantis, ao recusar a opção dos secundaristas pela desobediência civil, não se voltou contra o governador – que articulava uma campanha de difamação e estigmatização, associada à atuação do MBL e a corroboração da imprensa local – permitindo a ele aprofundar sua trajetória de recuperação de alguma popularidade (na contramão do que verificamos nos casos de Alckmin e Perillo).

Considerações finais

Ao contrário do padrão de interação Estado/sociedade civil organizada que grande parte da literatura de ciência política e sociologia buscou examinar nas últimas décadas (em especial no período pós-1988), parecemos estar diante de algo diferente. As formas de ação coletiva privilegiadas pelos secundaristas em 2015 e 16 são menos por meio da negociação e mais pelo confronto: a ação direta e a desobediência civil. Contudo, o sucesso destas ações não ocorre em um vácuo, pois dependem em grande parte da construção de um apoio na sociedade civil que possa fazer frente a uma nova hegemonia liberal, consolidada pelo imbricamento entre políticas públicas concebidas autoritariamente (ou seja, sem consulta ou debate com a população atingida) e interesses privados e sua legitimação por uma esfera pública altamente seletiva. A articulação de contrapúblicos subalternos e esferas públicas intermediárias (como as universidades, os juristas, os movimentos populares e sindicais, as

redes sociais digitais e até mesmo a indústria cultural) pode resultar em arranjos contra-hegemônicos, mesmo que temporários, como no caso de São Paulo no final de 2015, onde uma aliança entre uma parcela das classes populares e uma fração das camadas médias¹⁸ pôde barrar o fechamento de escolas. Se houve quase um consenso favorável tanto à reivindicação de barrar a “reorganização” quanto à tática das ocupações em São Paulo (uma situação crítica excepcional), possibilitado pela existência de uma sociedade civil complexa e diversificada, vimos que, no Paraná, a intensificação de um processo político de bipolarização – puxado pela aliança entre governo estadual e MBL – acabou reforçando a hegemonia, por meio de um consenso desfavorável à tática das ocupações (embora houvesse um apoio da população paranaense às pautas estudantis), legitimando o uso de violência “paraestatal” (uma necessidade frente à ilegitimidade da repressão estatal aos professores no 29 de abril de 2015). E, por fim, em Goiás, talvez estejamos diante de um caso no qual haja uma complementaridade entre a violência (coerção) e a hegemonia (consenso), considerando a dificuldade em denunciar publicamente os exercícios arbitrários do poder repressivo do Estado. De qualquer forma, os resultados parciais aqui apresentados não são considerados por nos como pontos de chegada conclusivos, funcionando muito mais como hipóteses que guiarão a continuidade de nossa investigação empírica.

Referências Bibliográficas

- BALDINO, José Maria; FREITAS, Felipe Silva de. Movimento de ocupação de escolas públicas-jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. *Educativa*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 902-926, set./dez. 2016.
- BIRAL, Daniel. Uma visão parcial como Advogado Ativista. In: MORAES, Alana; et alli (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 219-231.
- CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- CELIKATES, Robin. Rethinking Civil Disobedience as a Practice of Contestation – Beyond the Liberal Paradigm. *Constellations*, v. 23, n. 1, p. 37-45, 2016.

¹⁸ Indicativa desta adesão do que pode ser chamado de uma fração progressista das camadas médias é o apoio, anteriormente demonstrado, de um setor significativo do *mainstream* da indústria cultural de São Paulo bem como o engajamento de estudantes, ex-estudantes, mães e pais vinculados a escolas privadas da capital.

- DOMBROWSKI, Osmir; MINUCELLI, Conrado Pereda; SANTOS, Jaqueline Aparecida Alves dos. #OcupaParaná – a primavera paranaense. **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Brasília, 26-29 jul. 2017.
- FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: FRASER, Nancy. **Justice Interruptus**. New York/London: Routledge, 1997. p. 69-98.
- GIOVANOPOULOS; Christos; DALAKOGLU, Dimitris. From Ruptures to Eruption: a Genealogy of the December 2008 Revolt in Greece. In: VRADIS, Antonis; DALAKOGLU, Dimitris (Ed.). **Revolt and Crisis in Greece: Between a Present Yet to Pass and a Future Still to Come**. London/Athens: AK Press & Occupied London, 2011. p. 91-114.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. **Faktizität und Geltung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.
- JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M.. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, São Paulo, n. 9, p. 166-198, abr. 2016.
- OLIVEIRA, Marcia Betania; OLIVEIRA, Elvira Fernandes de Araújo. Demandas e protagonismo juvenil: políticas curriculares no Ensino Médio. **Holos**, v. 33, n. 4, p. 185-195, 2017.
- PATTA, Caetano. **Contestando a ordem**: um estudo de caso com secundaristas da Zona Leste paulistana. Orient. André Singer. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FFLCH/USP, São Paulo, 2017.
- PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015.
- RÊSES, Erlando da Silva; DUARTE, Marcilon. Movimento estudantil na ocupação de escolas e defesa da educação pública de qualidade. **Integración y Conocimiento**, v. 6, n. 6, p. 64-74, 2017.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; VELOSO, Ellen Ribeiro. “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015). **10º Encontro da ABCP**, Belo Horizonte, 2016.